

CAPÍTULO 2

ULTRALIBERALISMO E A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: IMPLICAÇÕES DO CAPITAL ABERTO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Data de aceite: 03/07/2023

Madalena Guasco Peixoto

Natalia de Souza Serra Marsoli

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa de Iniciação científica realizada pela aluna Natalia de Souza Serra Marsoli, sob minha orientação, é parte da minha pesquisa mais abrangente sobre a privatização da educação brasileira que passou por três fases.

Na primeira fase estudamos a privatização da educação superior brasileira que já tinha assumindo força durante a ditadura militar, mas que teve um impulsionamento a partir de 1990 com a implementação do projeto neoliberal que interferiu nas políticas públicas, fundamentalmente na aprovação das duas Leis de Estado da Educação que regulamentavam o capítulo da educação da Constituição Federal de 1988: A Lei de diretrizes e Bases (9394/96), particularmente seu capítulo da educação superior, e o primeiro Plano Nacional de Educação (10172/2001), que nas metas de expansão da educação superior privilegia o crescimento das matrículas em instituições privadas, além dessas duas leis, foram aprovadas também nesse período da década de 90 outras regulamentações que impulsionaram o crescimento das matrículas na educação privada, entre elas, a que regulamenta a existência e funcionamento dos Centros Universitários e a existência de Universidades somente de ensino, acabando com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, entre outras, essa indissociabilidade foi depois reforçada como critério para uma boa avaliação no SINAES (Sistema de avaliação da educação superior), Lei 10.861/2004.

A segunda fase da pesquisa inicia-se com o estudo da expansão da educação superior a partir de 2005 com a entrada do capital aberto na educação superior. O modelo

de privatização se altera qualitativamente, com as negociações no mercado de grandes instituições, que para participarem dessa nova fase alteram suas características, de instituições sem fins lucrativos para instituições com fins lucrativos, passando a participar das negociações no mercado de ações.

Esse novo patamar de privatização da educação superior, ainda em desenvolvimento, se acirra com o ultraliberalismo que passa a se fortalecer como projeto econômico social e político após 2016. Essa nova fase evidencia uma concentração cada vez maior e mais agressiva com a formação de grandes conglomerados que hoje dominam a educação superior brasileira em todo território nacional.

Segundo SEKI (2022), 42,7% de todas as matrículas do ensino superior (presencial e EAD) encontram-se nas mãos de apenas 5 grupos do capital aberto, segundo o autor, esses 5 grupos concentram, mais que todas as matrículas públicas no Brasil.

Nessa terceira fase da pesquisa, sem deixar de acompanhar o desenvolvimento do capital aberto na educação superior, estamos iniciando o mapeamento e o estudo sobre o aprofundamento do movimento privatista com a atuação dos grandes grupos de capital aberto, também na educação básica, que já vinha se desenvolvendo a partir de 2012, mas que teve um grande impulsionamento a partir de 2016, acelerando-se no período da pandemia com um número grande de aquisições que ocorreram devido as dificuldades financeiras enfrentadas pelas instituições privadas de educação básica.

É preciso acrescentar que esse movimento de mudança de qualidade na privatização e mercantilização da educação brasileira se evidencia também, com ampliação da gestão privada da educação pública através de convênios públicos/privados, com fundações e instituições privadas e com empresas de capital aberto que atuam no oferecimento de pacotes de gestão, de material didático, de plataformas educacionais.

Esse é o tema da pesquisa de Iniciação científica, esse artigo tem como base esse trabalho, apesar de não ser exatamente a publicação do relatório final da pesquisa.

Essa pesquisa se desenvolve com a utilização do método qualitativo com estudo teórico bibliográfico e análise exploratória de coleta dados sobre as os conglomerados que estão atuando na educação básica e as implicações no projeto político pedagógico das instituições e nas relações sindicais e de trabalho.

A relação público/privado na educação brasileira

A relação público/privado na educação brasileira é histórica e se caracteriza como fator estruturante na história da educação nacional.

Toda a História da Educação brasileira se caracterizou pela disputa entre o público e o privado, segundo Silva, Jacomeni e Lombardi (2005).

Apesar dos avanços conseguidos, ainda não se concretizou no Brasil um sistema público de educação que cumprisse a tarefa de democratizar o acesso à educação pública,

democrática, laica e de qualidade socialmente referenciada. Lutamos até hoje pela aprovação do Sistema Nacional de Educação que regulamente o regime de colaboração entre os entes federados.

Durante a história da Educação brasileira, o setor privado alterou sua forma e seu conteúdo, sua atuação política e a maneira como disputa com o setor público e gratuito, não permitindo o seu fortalecimento e a sua universalização com qualidade. Atua politicamente também contra a sua regulamentação e contra a fiscalização do Estado, apesar de, contraditoriamente, nunca ter renunciado a subsídios e a outras formas de aporte de verbas públicas.

A privatização da educação se altera também devido as modificações econômicas e políticas, que imprimem uma lógica no seu processo, promovendo reformas políticas e educacionais que se conectam ao tipo de privatização presente naquele determinado momento histórico. O processo de privatização da educação no Brasil tem caráter estrutural, é resultado da forma como se constituíram, na história da sociedade e da educação brasileiras, o Estado e suas características como Estado de Direito.

Minto (2016), ao analisar a privatização da educação no Brasil e o processo contemporâneo de subordinação da educação na lógica do privado/mercantil, levanta os aspectos, que segundo ele, determinaram as condições para o processo histórico da privatização da educação.

O caráter estrutural da privatização da Educação no Brasil tem como causa a fragilidade das bases republicanas da educação brasileira. Os principais motivos dessa fragilidade, desde a constituição da República, vêm sendo apontados por vários autores como Saviani (2003), Frigotto (1995), Cury (2006^a, 2006b), Minto (2014), entre outros.

Esses autores destacam, em síntese, o fato de a educação não ter sido colocada no patamar de um projeto abrangente, laico e, ao mesmo tempo, como expressão de uma conquista civilizatória para a população brasileira, conectada a um projeto de desenvolvimento nacional e democrático. Contraditoriamente, os liberais brasileiros, que desempenharam um papel crucial na defesa da educação, da escola pública estatal e da importância do Estado na educação, como foi expresso muito claramente no conteúdo do Manifesto dos Pioneiros de 1932, durante o processo de construção do Estado brasileiro não foi possível a concretização das principais bandeiras defendidas no programa liberal de educação. Um dos fatores é a fragilidade do financiamento público.

Na Constituição de 1934, a Educação pública passou a ser concebida como um direito e dever do Estado e nela foi estabelecido um conjunto de impostos para o seu financiamento, porém na Constituição de 1937, o princípio do financiamento público foi retirado, sendo novamente incluído na Constituição de 1946. Na constituição de 1967, esse princípio básico foi enfraquecido, sendo retomado em 1988 na atual Carta Magna.

No entanto, como sabemos, o fato de esse princípio estar garantido na Constituição não atenua a disputa entre os escalões do poder, prova disso é a história do Fundo de

Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério (FUNDEF), implementado em 1998, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização do Magistério (FUNDEB) e do Fundeb Permanente, aprovado recentemente.

Na década de 90, com a implementação do projeto neoliberal, abriu-se um novo campo de privatização e de disputa entre o fortalecimento do sistema público como orientação na Constituição brasileira, e a implementação do projeto neoliberal que passou a conceber a educação como um serviço não exclusivo do Estado, transformando um direito em serviço. A fragilidade da regulamentação e a construção de várias políticas públicas nesse período facilitaram a fortalecimento da educação privada como aponta Gentili (1995). Essa expansão a partir de 1990, criou condições para uma nova mudança de qualidade a partir de 2005, com a entrada do capital aberto pela aquisição de instituições de educação superior e de outros serviços, e, a partir de 2012, com ação desses grupos também na educação básica.

A comercialização de ações na bolsa é um dos mecanismos pelo qual a financeirização se apropria das atividades educacionais, fazendo com que essas empresas sejam regidas não apenas pela lógica do lucro, provindo da venda de produtos e serviços, mas também pela lógica financeira e especulativa do comércio de títulos. Hoje, a lógica financeira e especulativa que rege o comércio de títulos é marcada pela amplitude econômica global e pela volatilidade.

Segundo o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (2020):

Na área da educação privada, a concessão de títulos de propriedade (ações) na bolsa de valores teve início em 2007, ano em que ocorreu a oferta pública de ações dos grupos Anhanguera, Pitágoras e Estácio de Sá. O que os dados mostram é que de lá para cá este processo se ampliou, envolvendo não apenas a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), mas também a Bolsa de Valores de Nova York (Nasdaq), onde algumas empresas brasileiras vêm se inserindo desde 2017. Em 2020, havia cinco empresas de serviços educacionais cotadas na Bovespa (Kroton, Yduqs, Ser, Ânima e Bahema) e três cotadas na Nasdaq (Arco, Afya e Vasta). Além delas, a Eleva Educação, de propriedade de Jorge Paulo Lemann, anunciou a pretensão de abrir capital na Bolsa de Nova York.

Na cartilha *A Educação brasileira na bolsa de valores: As oito empresas privadas de capital aberto que atuam no setor educacional* (2020), esse mesmo instituto sistematiza a atuação desses oito grupos de capital aberto na Educação brasileira, mostrando as marcas ligadas a cada um dos grupos, as regiões nas quais atuam e os níveis de ensino e tipos de serviços educacionais e de editoração – setores de atuação – além do patrimônio, receitas e lucro líquido dessas empresas com o número de alunos atingidos por cada uma delas. Essa sistematização foi realizada, tendo como referência os dados dos Relatórios de Referência que constituem os documentos que as empresas enviam anualmente à comissão de Valores Mobiliários (CVM). Nesses relatórios aparecem dados importantes

sobre os funcionamentos das empresas.

A Kroton, que é o maior grupo educacional do Brasil, de acordo com o ranking da Revista Valor, publicado no ano de 2019, se destaca pela abrangência nacional e pela atuação multivariada, abarcando todos os níveis de Ensino (da Educação Infantil ao Ensino Superior) assim como a produção de material didático, elaboração de métodos pedagógicos e plataformas virtuais de ensino.

É importante revelar também que no processo de expansão e concentração essas empresas funcionam de modo que cada uma delas compõem um grupo empresarial mais amplo, e, apesar de existirem como pessoa jurídica (CNPJ), do ponto de vista do seu funcionamento, detêm a propriedade de outras empresas, formando uma rede hierarquizada de companhias controladas por um grupo de investidores. É preciso também distinguir a empresa como unidade econômica em relação às marcas que utiliza e que são conhecidas e divulgadas para o público. É normal que as pessoas conheçam as marcas sem, no entanto, saber identificar o grupo empresarial a que pertencem.

As empresas de capital aberto se utilizam de variadas estratégias de marcas, algumas preferem pulverizar o número de marcas, utilizando uma identificação distinta para cada nicho de mercado, outras optam por fortalecer uma marca nacional que acaba sendo utilizada em diferentes instituições do mesmo grupo. Para exemplificar a maneira como se caracterizam esses dois aspectos da concentração, trazemos aqui o exemplo do grupo Kroton. As principais marcas do Grupo Kroton são: Cogna Educação, Vasta Educação, Platos, Pitágoras, UNIC – Universidade de Cuiabá, Iuni Educacional, Fama Faculdade de Macapá, UNOPAR, UNIRONDON, AEDU, Anhanguera Educacional, FAC – Faculdade Comunitária Campinas, UNIABC – Universidade do Grande ABC, UNI – Universidade de Santo André, UNICTS – Faculdades, UNIPLI, CELV, Centro Educacional *Lato Sensu*, Somos Educação, Somos *Science in learning*, Editora Ática, Editora Scipione, Saraiva Educação, Anglo Sistema de Ensino, Ph Sistema de Ensino, Sistema Maxi de Ensino, Ético Sistema de Ensino, GEO Sistema de Ensino, Colégio Sigma, Colégio Motivo, Colégio Integrado, Colégio PH, Colégio Visão, O Líder em Mim, Plurall, Red Balloon, Stoodi, Livro Fácil.

Por meio dessa relação de marcas do grupo Kroton, é possível constatar como outros grupos de capital aberto aparecem pertencentes ao grupo, além de mostrar também um conjunto grande de marcas ligadas a uma cadeia de instituições. Esse movimento é típico da forma como atuam os grupos de capital aberto em seu processo de concentração e de efetivação de negócios de compra e venda.

Outro exemplo da forma como ocorrem as fusões é o negócio realizado em 2021 pelo grupo Eleva, que tem como proprietário majoritário o empresário do capital financeiro Jorge Paulo Lemann, que comprou escolas do maior grupo educacional do Brasil – o Grupo Cogna- Kroton – ficando, depois das aquisições, bem mais perto de se tornar o maior grupo de capital aberto em educação básica.

As escolas adquiridas foram: Colégio PH, Centro Educacional Leonardo da Vinci,

Colégio *Latu Sensu*, Signa, Anglo 21, Anglo Alphaville, CEI Natal, Colégio Integrado de Ensino, Colégio Maxi, NeoDNA, Escola Chave do Saber, Motivo e Colégio do Salvador. Na negociação ficou estabelecido que a Eleva pagaria 964 milhões pelas 51 escolas e a Cognia Educação compraria por 580 milhões o sistema didático da Eleva.

O capital aberto na educação básica – análise exploratória

Com o acirramento da crise de 2015, o cenário de avanço do capital aberto na educação superior se altera significativamente, inclusive devido a diminuição de recursos advindos dos programas públicos de acesso, como o PROUNI e o FIES, alterando o eixo de interesse para a Educação básica. Essa crise gera um faturamento de mensalidades na educação básica, maiores que da Educação Superior, a tornando mais atraente para investidores.

Para termos um panorama maior da disparidade da relação Superior e Educação Básica, no quesito de poder financeiro e lucrativo, tomamos como base as informações trazidas pelas pesquisadoras da Universidade Federal do Rio de Janeiro BALBINOTTI&GOMES: 2017 que mostram, que apenas no setor básico temos mais de quarenta e oito milhões de matrículas, das quais 19% estão sob o domínio da iniciativa privada, ou seja, em média, nove milhões cento e vinte mil matrículas. E, em contrapartida, no setor privado da Educação Superior, temos uma média de seis milhões de matrículas. Indicando que o capital aberto e sua atuação na Educação Básica se apresenta como um aparato mais atrativo para essa modalidade de financeirização.

Porém, para além de fusões e aquisições empresariais de escolas de Educação Básica existem outros diversos produtos vendidos pela iniciativa privada para os municípios e estados brasileiros. Como apresentado por pesquisadores de São Paulo que explicitam, em seu artigo, o funcionamento de sistemas privados de ensino (SPEs), organizados por grupos educacionais como Pearson/Name, Abril Educação/Anglo, Santillana, Grupo Objetivo/Some e Grupo Positivo/Sabe:

“[...] integrada por atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas equipes pedagógicas dos órgãos da administração pública e das escolas: formação continuada de educadores, acompanhamento e supervisão das atividades docentes; investimento na produção e distribuição de materiais didáticos aos alunos; processos de avaliação externa e interna, entre as principais encontradas.” (ADRIÃO *et al.*, 2009, p. 806).

A problemática central apontada aqui pelos pesquisadores paulistas se concentra nas possíveis repercussões deste tipo de atividade mercantil no direito humano à educação, e, como proposto pelo próprio texto, suas quatro características essenciais: disponibilidade (em número de vagas), acessibilidade (física e econômica), aceitabilidade (no sentido social, para a formação do cidadão) e adaptabilidade (para a formação de propostas pedagógicas que respeitem o direito de todos; democrática). Essas características, segundo

as autoras, são condições fundamentais que determinam uma educação plena a todos.

E, em contrapartida a esses requisitos educacionais, os SPEs se apresentam como um gasto a mais de recursos que já existem no âmbito público. Como indicado pela própria pesquisa realizada pelas autoras, por exemplo, a venda de apostilas para a formação continuada para professores, para uma escola no estado de São Paulo pelo Grupo Objetivo, foi de quatro milhões noventa e dois mil duzentos e quarenta reais, se concretizando, propriamente, como um desvio de recursos públicos que poderiam ter sido investidos em outras estruturas das escolas municipais, o que agrega cada vez mais desigualdade e segregação para o acesso a uma educação básica de qualidade, além disso como afirmam as autoras, para esses grupos não interessa que as secretarias municipais recebam material e cursos de preparação de formação continuada de professores advindos de programas federais e dos governos de estado em parceria com o Ministério da Educação, muito menos em parceria com universidades públicas.

“[...] a compra dos pacotes pelos municípios não preserva a autonomia de professores nem de escolas na escolha dos materiais e das metodologias ofertadas. (...). Como reflexo da característica central desses sistemas, sua adoção tende a violar os deveres estatais referentes ao reconhecimento da diversidade cultural e pedagógica que deveria ser respeitada, protegida e promovida pelo Estado.” (ADRIÃO *et al.*, 2016, p. 127 e 128).

Desta forma, apesar de se apresentarem como uma “solução eficiente para a oferta de qualidade de um mercado com poucos professores bem formados e raros professores com dedicação exclusiva” como afirmado pela Abril Educação em 2014, a atuação desmedida de grupos empresariais, além de não se reverter em melhorias de condições de trabalho dos profissionais da educação pública e nem melhoria geral da qualidade, pode levar a um ataque direto à gestão democrática escolar, por desviar do Estado uma responsabilidade que é essencialmente sua, afunilando a liberdade de atuação dos professores e restringindo a direção da gestão pedagógica de acordo com os produtos formulados pelos mesmos. Lembrando sempre que essas organizações mercantis atuam segundo os valores neoliberais e se caracterizam como atividades econômicas, que buscam a lucratividade, a agilidade e a flexibilidade.

Percurso Metodológico da Pesquisa – estudo exploratório

A metodologia utilizada na pesquisa foi o método qualitativo com pesquisa bibliográfica e coleta de dados através estudo exploratório de campo.

Esse estudo exploratório de campo se tornou o pilar estruturante para traduzir, em experiências reais, o recolhimento de dados previamente realizado.

Utilizamos, como instrumento de coleta de dados de um questionário com sete questões, respondido por dirigentes de entidades sindicais: 02 (duas) Federações e 12 (doze) sindicatos de professores da rede privada da Região Sudeste que participaram de

um encontro regional preparatório do Seminário Nacional de Educação Básica promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), entidade que representa mais de 1 milhão de trabalhadores que atuam na rede privada no Brasil e atualmente congrega nove federações e oitenta e cinco sindicatos de todas as regiões brasileiras.

A Contee foi responsável também por realizar em 2016 um seminário internacional para analisar a entrada do capital aberto na educação superior brasileira, esse encontro ficou registrado no livro *O Capital Global na educação brasileira* (PEIXOTO, 2017) com a contribuição teórica de vários pesquisadores que estudavam os vários efeitos da financeirização na educação superior. Como mencionado pela própria autora na época, através de uma matéria disponível no site da Contee¹:

“(...) esse tipo de movimento de concentração associado à agressividade do capital global na compra de cada vez mais instituições de educação superior no Brasil traz agora – como possível consequência, mediante os dados apresentados acima – o sério risco de colocar a educação superior brasileira cada vez mais nas mãos do capital especulativo, principalmente internacional, cujo interesse não será o desenvolvimento do país nem a qualidade de formação ofertada aos nossos jovens, mas a valorização do investimento e do seu capital.” (2017) www.contee.org.br publicada em 15/05/2017

Agora, em 2022, a entidade buscou através desse seminário nacional, levantar as modificações que estão ocorrendo com a entrada mais recente do capital aberto na educação básica. Como é uma entidade sindical de nível superior a Contee realiza parcerias com grupos de pesquisas das universidades que estudam a financeirização da educação sobre vários aspectos, contribuindo com o oferecimento de dados sindicais levantados pela própria entidade, tratando-se, portanto, de uma parceria de estudos, cujo objetivo, mais do que mostrar a intervenção desses grupos na educação nacional, procura estabelecer estratégias de ação e resistência em nível nacional.

Esse encontro nacional, que foi precedido de encontros regionais e contou com a participação do Dr. Allan Kenji Seki, pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas Educacionais (GREPPE) da UNICAMP e o Prof. Dr. Euzébio Jorge Silveira de Souza, Presidente do Centro de Estudos e Memória da Juventude e pesquisador sobre as novas tecnologias na educação brasileira. Os dois pesquisadores apresentaram os dados e conclusões de suas pesquisas.

O seminário em questão debateu a ação desenvolvida após a aquisição de instituições privadas de ensino de educação básica por empresas de capital aberto. Na ocasião, os participantes do encontro foram informados sobre a pesquisa de Iniciação Científica e permitiram a participação no encontro regional do sudeste da aluna pesquisadora e disponibilizaram as respostas ao questionário que cada sindicato e federação respondeu para participar dos referidos encontros regionais.

Porém, devido a quantidade de entidades que participaram do encontro regional

sudeste, e o grande número de respostas e a necessidade da conclusão da pesquisa de Iniciação científica, nesse momento, nos ativemos na análise das sete questões chaves respondidas pelos membros do Sindicato de Professores de São Paulo (Sinpro SP).

A experiência pessoal da aluna pesquisadora, como aluna e profissional na Escola da Vila (antes e após a compra da Instituição pelo grupo Bahema em 2017), trouxe um olhar específico na análise dos dados, trouxe a pesquisa, a experiência de quem vivenciou as modificações ocorridas na instituição após a sua aquisição.

O questionário respondido pelos sindicatos tinha como objetivo mapear quais grupos estão atuando em cada região, as modificações trabalhistas, de gestão e pedagógicas que ocorreram após a compra por conglomerados de capital aberto de instituições de educação privada da educação básica em cada uma das regiões do país, e, além disso buscou levantar as modificações que ocorreram na composição dos sindicatos patronais, as perdas trabalhistas, mudanças nas relações de trabalho e no projeto pedagógico, além do levantamento de dados sobre a regulamentação do trabalho tecnológico que já era uma questão fundamental, mas que tomou maior importância após sua ampla utilização e intensificação na pandemia que segundo os estudos realizados por AFFONSO, C.et.al :2021, continuam de forma intensa, mesmo com a volta presencial.

Análise e Discussão dos Dados

Nossa análise, tomou como base as respostas dadas aos sete pontos do questionário que foi elaborado com intuito de colher dados sobre a atuação dos grupos de capital aberto na educação básica respondido no encontro regional Sudeste, preparatório do encontro nacional de educação, promovido pela Contee (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino). As respostas as sete questões foram fornecidas pelos dirigentes do Sindicato dos Professores da Educação privada de São Paulo (Sinpro SP).

O Sindicato dos professores de São Paulo é um grande e organizado sindicato que passou por várias etapas da história da educação brasileira, e especialmente, da educação privada da Cidade de São Paulo, que tem mais de 60 anos de existência e que atualmente possui mais de 20 mil associados que atuam na rede privada da Cidade de São Paulo.

Abaixo, a síntese e análise das respostas fornecidas pelo Sinpro SP ao questionário da pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee).

Todos os sindicatos e federações ligados a Confederação, nos 4 encontros regionais responderam a sete questões, o Sinpro SP participou do encontro regional sudeste e respondeu também as questões elaboradas: *Quais os grupos que atuam na sua região na educação básica? Ocorreram mudanças no tipo de contratação e nas relações de trabalho? Se sim, quais? Foram realizadas mudanças nos projetos pedagógicos. Se sim, de que tipo? Quais os impactos do uso das novas tecnologias nas relações de trabalho e no tipo*

de contratação? Destaque quais as principais preocupações dos sindicatos e federações com essa nova realidade. Qual a influência desses grupos na composição e decisões dos sindicatos patronais? Os acordos de trabalho têm contemplado cláusulas sobre trabalho tecnológico?

A resposta dada pelo Sinpro SP a primeira questão levantou oito grupos empresariais que atualmente atuam na cidade de São Paulo, não por acaso, são os mais conhecidos e influentes na área da educação básica: Grupo SEB (atua em escolas bilíngues como Concept, Pueri Domus, Luminova, Mapple Bear), Eleva Educação (Colégio Anglo Chácara Santo Antônio e Escola Santi), Inspira - rede de educadores (Colégio Elite, Colégio Domus Sapientiae e Montessori Santa Terezinha), Bahema Educação (Escola da Vila, Escola Viva, Escola Mais e Brazilian International School), Cogna (Kroton, Platos, Saber e Vasta Educação), Cognita (PlayPen), Grupo Atmo (Lourenço Castanho) e Arco Educação.

Percebe-se que as respostas a primeira questão corroboram pesquisas realizadas em anos anteriores por pesquisadores (entre eles os pesquisadores do Centro de estudos de Educação e Sociedade [CEDES] da Unicamp, Seki: 2022 e Balbinotti e Gomes 2017, que levantaram uma relação de empresas atuantes na área da educação mostrando inclusive que essas empresas que atuam na região sudeste e na Cidade de São Paulo, são em parte, as mesmas que atuam em diversos outros estados brasileiros, tomando o Bahema como exemplo, um grupo empresarial que não iniciou seus investimentos no ensino superior como outros grupos fizeram, partindo diretamente para a educação básica – e possui escolas importantes em São Paulo e também em Recife (PE) ou, a própria Arco educação que em seu site (informações atualizadas no ano de 2022), afirma que *“Foi através do compromisso de conhecer a fundo nossos clientes para oferecer soluções engajantes, aderentes e inovadoras que chegamos a salas de aulas em todo o Brasil. Hoje, já estamos nos 26 estados do país e no Distrito Federal.”* <https://arcoeducacao.com.br/>

Essa expansão apenas se acentuou durante a pandemia em 2020 e 2021, como indicado por PEIXOTO:2022

“Durante a pandemia, além do aumento e acirramento da exclusão escolar de milhares de crianças e jovens, presenciámos também um aceleração desse tipo de privatização com o aumento no número de aquisições na educação básica, intensificadas diante das dificuldades de várias instituições privadas que não conseguiram se manter funcionando, barateando as aquisições e tornando ainda mais acessível os negócios educacionais pelo capital aberto e por grupos educacionais internacionais.” (p.3)

Percebe-se, então, como o Capitalismo Ultraliberal se aproveita de toda e qualquer vulnerabilidade econômica social, como a própria situação pandêmica que gerou um desastre financeiro sem precedentes para diversas pessoas, enquanto, por outro lado, as grandes empresas lucraram, se desenvolveram e expandiram seu nome, saindo como “salvadores do mercado” por aparentemente ampararem escolas pequenas em decadência por uma falha que era, por sua vez, do próprio sistema. Podemos observar como a estrutura

em si são apenas ferramentas complementares para que aqueles que seguram que o Capital possa prevalecer e prosperar em cima de uma sociedade que tenta sobreviver em seus momentos mais críticos de crise.

Também de acordo com representantes do Sinpro SP, não foi perceptível nenhuma mudança relevante no contrato trabalhista, até porque muito disso ainda é amparado pelos acordos coletivos celebrados pela maioria dos Sindicatos de Professores de cada região, que, em geral, possuem duração de 2 anos. Porém, foi mencionado, não apenas uma continuação, mas um aumento da presença de contratos mais “informais” onde são contratados principalmente alunos recém formados em licenciatura ou “monitores” que realizam tarefas que deveriam ser realizadas por professores regentes. Essa precarização do trabalho docente é resultado da Reforma Trabalhista de 2017 que possibilitou a contratação de pessoas jurídicas e também a precarização contratual ocasionada pelas flexibilizações permitidas legalmente.

Isto se torna um fator bastante preocupante para a relações de trabalho e para a qualidade de ensino. Esse tipo de contrato mais informal e flexível que passa a existir no setor educacional após a reforma trabalhista e a possibilidade também da terceirização em serviços essenciais, nos faz retornar ao mesmo conceito antes apresentado por Laval (2019) - “o ‘homem flexível’ e o ‘trabalhador autônomo’ são as referências do novo ideal pedagógico”. Esse tipo de flexibilização tem por objetivo a maximização dos lucros e das ações das empresas de capital aberto.

Como indicado pelos profissionais de São Paulo no encontro, os dados apresentados na primeira questão, sobre os diferentes grupos empresariais, cada um desses grupos representa diferentes “nichos” de interesse de capital, investem naquilo que sentem ser mais relevante para sua proposta, por isso o Grupo SEB, por exemplo, trabalha apenas com Escolas Bilíngues e o Bahema tem uma “linha” de apenas escolas construtivistas. Ou seja, pode-se afirmar que as mudanças nos projetos pedagógicos, quando realizadas, são apenas para acentuar características desejadas, muito disso tem relação com uma “propaganda”, uma imagem que querem passar dentro da escola e fora dela para o mercado. Algo que, por sua vez, acaba se tornando muito contraditório pois, antes de qualquer coisa, a concepção de projeto pedagógico construído como modelo em uma sociedade democrática e para uma escola inclusiva e regulamentado na Lei de Diretrizes da Educação Nacional (LDB) como fator da autonomia da escola e dos seus docentes, é composto por um currículo que abrange aspectos sociocultural, uma gestão democrática, relações interpessoais da comunidade (dentro da escola e em seu entorno) e não sobre um “*marketing visual*” que apela meramente para um interesse de vendas.

Um exemplo disso foi o que aconteceu na Escola da Vila, na época em que foi comprada pelo Bahema não se pode afirmar se houve mudança no conteúdo do projeto pedagógico em si, porém, foi realizada uma grande reforma administrativa, com muitos professores (as) demitidos (as), o espaço foi bastante alterado e diversas figuras de

liderança também partiram, ou seja, o conteúdo fica intacto, mas a essência da escola muda em prol de uma imagem diferente, no caso da Escola da Vila, uma imagem declarada “mais construtivista”, mas o que é estranho é que durante toda sua história a Escola da Vila sempre foi uma escola declaradamente construtivista e democrática, referência na cidade de São Paulo.

Essa auto declaração de uma escola mais construtivista tem sido analisada, pelos dirigentes do Sindicato dos professores de São Paulo como uma “jogada de mercado”, até mesmo pelas mudanças realizadas na escola desde sua aquisição, com a alteração do local, quando a Vila deixou sua unidade no bairro do Morumbi e o grupo Bahema colocou no seu lugar uma outra escola (Escola Mais) que também faz parte de sua rede de escolas compradas, porém, uma escola com uma mensalidade mais barata que atende a um bairro menor, enquanto a Escola da Vila agora se concentra inteiramente no Butantã, um local com mais potencial econômico e mais “coerente” para sua imagem e porte.

Até o presente momento, pelas informações passadas no questionário respondido, não se percebe um impacto direto do uso de tecnologias na forma de contratação dos professores, até porque, como confirmado pelos dirigentes do sindicato, o uso recorrente e constante de tecnologias no trabalho pedagógico só veio a se intensificar durante e após a pandemia. Ou seja, esse estudo dos reais impactos na educação básica ainda são objeto de levantamento de dados e encontra-se em desenvolvimento, mas foi enfatizado pela entidade que, sem dúvida, ocorreu uma intensificação do trabalho docente, principalmente fora do horário de contrato e sem pagamento de horas extras, ou seja, carecendo ainda de uma regulamentação trabalhista.

Foi também destacado que os efeitos paralelos das novas tecnologias, não necessariamente afetam a contratação, mas ainda assim afetam relações e dinâmicas de trabalho. Um bom exemplo são as horas a mais que diversos professores (as) passam do que está delimitado e pago nos seus contratos trabalhistas, essas horas são utilizadas para a produção de planejamentos, boletins etc. Outro fator apresentado refere-se à descaracterização dos profissionais da educação, em especial os professores da educação infantil como trabalhadores que não são professores, retiram a vinculação de seus professores do sindicato da categoria. Um bom exemplo é o caso apresentado pelo Sindicato de Professores de São Paulo no questionário respondido:

“Em 2020, o grupo chileno Vitamina entrou no Brasil com uma política agressiva de aquisição de escolas exclusivamente de educação infantil. Comprou por volta de 29 escolas pequenas, mas reconhecidas pelo projeto pedagógico. A primeira medida que tomou foi fazer-se representar pelo Semeei e tirar todos os direitos coletivos dos professores, com um discurso de “modernidade” e “flexibilização” como condições necessárias para essas escolas.”

Esse tipo de atitude, segundo o sindicato, deverá ser pauta nacional de discussão e luta pelos direitos professores da educação infantil em todo o país uma vez que fere a

legislação em vigor. No caso da Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional que de forma clara regulamenta a educação infantil como educação, além de exigir a formação em licenciatura em pedagogia, regulamentada também pelas diretrizes nacionais de formação de professores 02/2015 aprovada pelo Conselho Nacional de Educação.

Com relação as regulamentações das horas tecnológicas que foi indagada na última questão do questionário respondido, o sindicato afirmou que essa questão deverá ser colocada em pauta com urgência. O sindicato afirma que desde 2010 está lutando para regulamentar no acordo coletivo as horas tecnológicas exigindo que o trabalho feito em casa, no computador, deveria ser computado como horas extras.

No entanto, o que vem ocorrendo após a pandemia é a ampliação sobre maneira do trabalho remoto com a utilização de tecnologias e plataformas, isso dá um novo patamar ao que passou a ser chamado de “hora-tecnológica”. Atualmente, doze anos depois, ainda não são computadas essas horas tecnológicas, nem pelo banco de horas e nem pagas no salário do professor.

De acordo com os entrevistados, a Convenção Coletiva de Trabalho dos professores da Educação Básica (que entrou em vigor em 2022 com validade até março de 2025), já contempla cláusulas que garantem o pagamento da hora-tecnológica. O texto da Convenção Coletiva aprovada é a seguinte:

“64. Trabalho tecnológico

Se por iniciativa da ESCOLA for solicitado ao PROFESSOR atividades que envolvam o uso de novas tecnologias de informação e comunicação – NTICs, fora de seus horários habituais de trabalho para atender os alunos, as ESCOLAS estarão obrigadas:

Parágrafo primeiro – ao pagamento das atividades agregadas ao trabalho docente e realizadas nas plataformas da instituição ou fora dela.

Parágrafo segundo – Sendo atividades habitualmente realizadas, a remuneração será calculada pelas horas de trabalho realizadas no mês, não podendo ser inferior ao valor da hora-aula.”

Contudo, acrescenta os dirigentes, que apesar desse avanço, a questão ainda é controversa, na medida que essa função não se concretizou em todos os estados brasileiros, uma metrópole como São Paulo acaba se tornando, infelizmente, a exceção e não a regra.

A preocupação central das entidades sindicais diante do avanço do capital aberto na educação básica e das modificações no âmbito do trabalho docente, está no avanço da desregulamentação do trabalho colocando como necessidade de regulamentação daquilo que já está extremamente desregulado, e, que não se refere apenas às “horas-tecnológicas” não computadas.

O Sindicato destaca também como preocupação a desregulamentação legislativa da participação destes grandes grupos empresariais dentro das escolas que foram adquiridas. Para isso se faz necessário uma nova regulamentação de leis trabalhistas (que garantam

um trabalho devidamente remunerado e atento as horas extrapoladas fora da sala de aula), assim como uma regulamentação da atuação pedagógica, financeira e diretiva destes grupos no ambiente escolar. Essa nova regulamentação coloca-se no processo de “traçar limites” para evitar que maiores danos aconteçam no futuro.

O sindicato de São Paulo, afirma também, respondendo a questão sobre a interferências desses grupos de capital aberto nos sindicatos patronais, que felizmente, até o presente momento, não se faz perceber a presença ou influência desse grupos na composição ou no processo decisivo de sindicatos, porém, se seguirmos em um cenário desregulamentado, esses agentes empresariais passarão a atuar de forma contundente, em um futuro próximo a influência nas negociações e organizações sindicais representantes do patronato, como já acontece de forma acentuada na educação superior.

O elemento central, se não o mais importante, nas respostas dos entrevistados, está na problemática da desregulamentação, um dos maiores fenômenos do neoliberalismo e do capital flexível, uma característica organizacional da maioria das empresas modernas, que busca a desregulamentação do mercado como um todo para ter mais “liberdade” de ação, isto é, com menos impedimentos e barreiras legislativas e estatais, com maior abrangência para atuarem da forma que acharem mais condizente para seu desempenho empresarial, econômico e mercantil.

O acirramento da mercantilização da educação tem trazido a questão da regulamentação como central como indicado não apenas no texto de pesquisadores anteriormente vistos, como na própria fala dos dirigentes que responderam ao questionário. Os fatores limitantes e regularizadores da atuação das empresas privadas são mínimos (defendendo os direitos mais básicos), porém, não existem impedimentos para que este movimento não entre numa expansão desordenada e não leve a futuros problemas maiores.

O capital aberto na educação tem atuado politicamente para não só diminuir e enfraquecer a regulamentação existente, mas buscam acumular forças para a auto regulação da educação privada.

Desta forma, o que se torna mais assustador nesse cenário é o desvirtuamento da educação como direito, hoje já à mercê daquilo que é delimitado internamente pelas empresas, pois, muito poucos fatores protegem a gestão democrática escolar, a desregulamentação do trabalho do professor e seus direitos, assim como a demanda de dinâmicas e relações de trabalho democráticas em um espaço que não preze pela flexibilização extrema, o imediatismo e a desregularização.

Como afirma Peixoto:2022

Esse movimento de aquisições e expansão do capital aberto na educação durante a pandemia ainda em estudo, mas dados preliminares atestam não só sua intensificação como também as mudanças nas características das empresas de capital aberto, se ampliando territorialmente, ou ampliando os espectros de sua atuação, ou por meio de negócios de associação entre elas. (p.10)

Em outras palavras, por mais que, de forma mascarada, pareça que a iniciativa privada estaria “ajudando” no funcionamento da economia, na realidade, ela propaga que tenhamos cada vez menos independência pública e menos estrutura estatal, afetando não apenas a qualidade de ensino, mas também a um direito que deveria ser garantido por lei.

E, não apenas isso, o acirramento da privatização não se manifesta apenas afetando a rede de ensino pública, mas danifica também o próprio âmbito privado, uma vez que usurpa seus trabalhadores de seus direitos subordinando-os a péssimas condições de trabalho, assim como também tira da pedagogia sua essência de ser, sua filosofia e sua história colocando-a na vitrine como apenas mais uma mercadoria a ser vendida. Interferindo também na gestão educacional .

O que tem ocorrido nas fusões, aquisições e/ou vendas dos mais variados produtos por partes de empresas privadas para a rede pública de ensino não se resume meramente a um fator econômico e mercantil, bem pelo contrário, ele afeta também a organização interna da escola, sua gestão e suas relações.

Por isso, é necessária a compreensão da escola em si. A escola como um organismo vivo que é movido por seres, pois no trabalho educacional nunca nada depende de uma pessoa só, o resultado do trabalho de um ano com um aluno não pode ser unicamente creditado ao (a) professor (a) polivalente, ou ao (a) diretor (a) pedagógico (a), ou ao (a) coordenador(a). É um trabalho conjunto, por isso, a educação sempre demanda uma atuação em equipe, pois a pedagogia deve existir se desdobrando para o aluno, reconhecendo sua singularidade como ser, para melhor formação daquele indivíduo como um agente histórico consciente de suas responsabilidades, sociais, éticas, morais e civis. Para que ele seja capaz de conviver dentro da escola, com seu grupo, formando relações saudáveis, construindo saberes.

De tal forma que os valores demandados pela abordagem pedagógica acabam por entrar em um embate com os valores apregoados pela corrente neoliberal, uma lógica amplamente aplicada no mercado.

O ultraliberalismo imprime valores dentro da escola que a desvirtua de seu papel, fortalecendo os interesses individuais acima dos coletivos, uma equipe guiada pela competição irrestrita e o interesse próprio.

Um ambiente pedagógico, meramente guiado pela venda, pela produção em massa e/ou seu próprio crescimento da empresa o que desconstrói o trabalho educativo, tornando a essência do trabalho docente algo meramente ilustrativo.

Nessas escolas empresas de capital aberto, vai se imprimindo movimentos que alteram o caráter educativo das instituições .

Surgindo em vários ambientes da escola , na sala de aula , na sala dos professores, nas reuniões pedagógicas, administrativas, nas conversas de corredores... profissionais apenas movidos pela concorrência e pela promessa individual do seu crescimento, desligados da premissa maior da educação.

Essa concepção ultraliberal traz para dentro da escola um ambiente profissional no qual os trabalhadores estão fadados a apenas vender uma mercadoria, que é sua atividade docente; sua atuação em sala de aula.

E, se o mesmo não cumpre com o ritmo acelerado, desregulado e desmedido se culpa, perde seu valor como trabalhador e como pessoa, como bem exemplificado por Panitch (2014):

“Os ditames do local de trabalho destroem nosso respeito próprio. Aqueles que acabam no fundo do poço são atacados pela culpa e a vergonha. E a auto distribuição de falácia é uma via de mão dupla: logo que nós parabenizamos pelo sucesso, nos culpamos pelo fracasso, mesmo que tenhamos pouco a ver com isso.” (Tradução própria) (p. 4)

Desta forma, a premissa é “gerir a escola como uma empresa” como o professor de sociologia francês, Christian Laval, afirma em seu livro *A Escola não é uma Empresa* (2019). Por esse motivo, na gerência dessas escolas aparece o líder empresarial que saiba fazer um manejo dessa lógica a fim de mobilizar cada vez mais lucro e rentabilidade.

Isso não ocorre somente nas escolas privadas, mas também na atuação das fundações e institutos que atuam nas escolas públicas com proposta de gestão privada.

“Os sistemas privados nas escolas públicas, com isso, tendem a submeter escolas, professores e estudantes à homogeneização e ao enfraquecimento de suas capacidades enquanto sujeitos ativos e criadores na realização do direito à educação. Nesse sentido, opõem-se à gestão democrática da educação e, mais grave que isso, promovem a dependência das redes públicas aos serviços privados, já que não estimulam o desenvolvimento de capacidades locais para a produção de propostas pedagógicas, formações e avaliações.” (ADRIÃO *et al.*, 2016, p. 128).

De tal maneira, que o que antes era uma gestão baseada na democracia, se torna uma gestão baseada na burocracia. O foco maior, entre os docentes, se torna em diminuir “irregularidades”: aqueles mais distantes, autônomos demais ou atrasados demais se tornam um empecilho para o crescimento da empresa, é necessária uma força de trabalho que esteja satisfeita com a figura de liderança e “fiéis executantes da ordem” (LAVAL, 2019), para que com mais facilidade se forme uma força de trabalho única, racionalizada e confortável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontado anteriormente, apesar de tratarmos sobre as fusões e aquisições de instituições de educação básica por corporações de capital aberto e esse ser um fenômeno bastante complexo e em ascensão e, por muito, aparentar algo difícil de se interferir, não é só sobre isso que este estudo trata.

Essa pesquisa procura, antes de tudo, em ser instrumento de conscientização e o compartilhamento de informações urgentes referentes à realidade da educação brasileira

na atualidade, assim, além de pesquisar para mostrar as particularidades e elementos dessa nova realidade, onde, esse trabalho se constitui também em instrumento de conscientização para que nós [a comunidade, os agentes históricos] se mobilizem diante.

Estamos diante de nada além de um direito humano que deve ser garantido e protegido pelo Estado e não mais uma área a ser explorada e vendida de forma deliberada, sem pensar sequer nas consequências que esses tipos de fusões e integrações de empresas podem causar no funcionamento dessas escolas, assim como na educação brasileira num todo. Vivemos um momento em que mais do que nunca precisamos preparar gerações de crianças para que sejam seres críticos, que conheçam sobre sua realidade e sejam conscientes sobre seu papel enquanto agente histórico; cidadãos capazes e que possam (ou, pelo menos, deveriam) vivenciar o melhor de uma sociedade democrática.

Por isso, reafirmamos que a educação não pode virar, também, uma outra ferramenta de manipulação, segregação e alienação das pessoas, muito pelo contrário, a escola acima de tudo deve ser um espaço para libertar as mentes das pessoas e ensiná-las sobre a realidade que vivemos hoje, sem carregar a necessidade de enxergarmos nossos alunos como “clientes” e a nós mesmos [profissionais da educação] como vendedores. Enquanto professores devemos cumprir nosso papel enquanto pensadores, pesquisadores e inovadores e não nos darmos por vencidos diante dessa situação, muito pelo contrário, devemos nos incentivar uns aos outros a nos mobilizarmos em nome de uma educação melhor que todos merecemos.

REFERÊNCIAS:

ADRIÃO, Theresa; BERTAGNA, Regiane; BORGHI, Raquel; GARCIA, Teise; PAIVA, Gustavo; XIMENES, Salomão. **Grupos empresariais na Educação Básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à Educação**. Centro de Estudos de Educação e Sociedade (CEDES)/UNICAMP: São Paulo, 2016.

AFFONSO, C. *et al.* **Trabalho docente sob fogo cruzado**. v. 2. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas LPP/UERJ, 2021. p. 251-269.

BALBINOTTI, Hellen; GOMES, Thayse. **A migração dos grupos empresariais de capital aberto para a educação básica brasileira**. IX Jornada Internacional de Políticas Públicas: Rio de Janeiro, 2017.

CURY, C. R. J. Federalismo político e educacional. In: FERREIRA, N. S. C.; SCHLESENER, A. (org.). **Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises**. Brasília: Líber Livro, 2006a.

CURY, C. R. J. A educação escolar no Brasil: o público e o privado. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 4, n. 1, p. 143-158, 2006b.

FEDERAÇÃO DOS PROFESSORES DO ESTADO DE SÃO PAULO (FEPESP). **Convenção Coletiva do Trabalho dos professores de Educação Básica**. 25 de novembro de 2021. Disponível em: <http://fepesp.org.br/noticia/educacao-basica-convencao-coletiva-2022-23-professores/#:~:text=A%20partir%20de%201%C2%BA%20de%20mar%C3%A7o%20de%202022%2C%20ser%C3%A1%20aplicado,Coletiva%20de%20Trabalho%20de%202021>. Acesso em: 14/05/2022.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

GENTILI, P. **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma Empresa: o Neoliberalismo em ataque ao Ensino Público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MINTO, L. W. **A educação da “miséria”**: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

MINTO, L. W. Privatização da educação no Brasil: fenômeno conjuntural ou estrutural. *In*: PEIXOTO, M. G. (org.). **O capital global na educação brasileira**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2016. p. 35-55.

PANITCH, Leo. **The Self-serving con of neoliberalism is that it has eroded the human values the market was supposed to emancipate**. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2014/aug/05/neoliberalism-mental-health-rich-poverty-economy>. Acesso em: 10/12/2021.

PEIXOTO, Madalena G.. **O processo de mundialização do capital na educação brasileira**. *In* :O capital Global na educação brasileira. São Paulo: Anita Garibaldi, 2016.p95

PEIXOTO, Madalena G. **O Expressivo Avanço do Capital Aberto na Educação Brasileira: Mais um Efeito da Pandemia**. *IN*: RONCA, A.C.C ;ALMEIDA, L.R (org.) Relatos de Pesquisa em Psicologia da Educação .V.7 . Campinas: Pontes Editores, 2022. p .321

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 36. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2003.

SEKI, Allan. **O capital financeiro no Ensino Superior brasileiro (1990-2018)** [recurso eletrônico] Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2021. 556 p.

SILVA, Domingos; RODRIGUES, Vicente. **O “Novo Gerencialismo” na perspectiva do neoliberalismo reconfigurado**. IV Seminário Internacional do GREPPE: “Privatização da Educação Básica na América Latina”. São Paulo, 2014.

SILVA, M. da.; JACOMENI, R.; LOMBARDI, J. C. (org.). **O público e o privado na história da educação brasileira**: concepções e práticas educativas. Coleção Memórias da Educação. Campinas: Autores Associados, 2005. 186p.